

# O TRABALHO DOS PSICÓLOGOS NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DO BRASIL

Ítalo Henrique Duarte <sup>1</sup>

Ana Cláudia da Silva Junqueira Burd <sup>2</sup>

## RESUMO

A Defensoria Pública é um serviço gratuito, que surgiu com o propósito de preservar os direitos humanos dos indivíduos mais desprovidos financeiramente, através da defesa e orientação jurídica. A equipe que atua na Defensoria Pública é multiprofissional e pode ser composta também pelo psicólogo. Como questão norteadora, buscou-se responder: quais são as possibilidades de atuação do psicólogo na Defensoria Pública? Quanto ao objetivo geral buscou descrever as possibilidades de atuação do psicólogo nesse contexto. A fim de alcançar esse objetivo, procurou relatar o modo de atuação da defensoria pública, descrever o trabalho do psicólogo neste cenário e compreender os desafios presentes para atuação do trabalho do psicólogo, sendo estes os objetivos específicos desse estudo. Essa pesquisa se deu a fim de colaborar para um melhor entendimento acerca dessa temática e para com as pesquisas realizadas nesse campo. A metodologia utilizada é qualitativa, de natureza descritiva, do tipo pesquisa de campo. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 06 psicólogos de diversas Defensorias Públicas do Brasil. A análise dos dados se deu a partir da análise de conteúdo de acordo com Bardin, e foi possível agrupá-los em três categorias. De forma geral foi possível compreender que há várias possibilidades de atuação desse profissional, indo desde a escuta e acolhimento até a criação de projetos e encaminhamentos aos serviços da Rede Assistencial, porém, a psicologia ainda está conquistando o seu espaço e enfrentando muitos desafios para a realização do seu trabalho.

**Palavras-chave:** Defensoria Pública. Psicologia. Possibilidades de Atuação. Desafios.

## ABSTRACT

The Public Defender's Office is a free service, which came about with the purpose of preserving the human rights of the most financially devoid individuals through defense and legal guidance. The team that works in the Public Defender's Office is multiprofessional and can also be composed by the psychologist. As a guide question, we sought to answer: what are the possibilities of the psychologist's performance in the Public Defender's Office? Regarding the general objective, we sought to describe the possibilities of the psychologist's action in this context. In order to achieve this objective, it sought to report the way of action of the public defender, describe the psychologist's work in this scenario and understand the challenges present for the psychologist's work, these being the specific objectives of this study. This research was carried out in order to collaborate for a better understanding of this theme and for the research conducted in this field. The methodology used is qualitative, descriptive in nature, of the field research type. For data collection, semi-structured interviews were conducted with 06 psychologists from various Public Defenders of Brazil. Data analysis was based on content analysis according to Bardin, and it was possible to group them into three categories. In general, it was to understand that there are several possibilities of this professional's performance, ranging from listening and welcoming to the creation of projects and referrals to the services of the Care Network, however, psychology is still conquering its space and facing many challenges for the accomplishment of its work.

**Keywords:** Public Defender's Office. Psychology. Possibilities of Performance. Challenges.

---

<sup>1</sup>Graduando em psicologia pela Faculdade Ciências da Vida, e-mail: italo7lhd@gmail.com

<sup>2</sup>Mestre em psicologia (PUC/MG), Bacharel em Direito (UFV), Psicóloga do TJMG, Docente da Faculdade Ciências da Vida, e-mail: anacjunqueira@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

A defensoria pública surgiu com o intuito de possibilitar de forma gratuita e integral, a promoção dos direitos humanos através da orientação jurídica e defesa aos indivíduos que não possuem condições de assumir o ordenado de um advogado (HADDAD, 2011). Sendo assim, Cavalcante (2018) relata que a defensoria pública tem como objetivo a assistência jurídica integral aos mais necessitados. Dentre os vários profissionais que atuam na defensoria pública está o psicólogo, o qual pode ser chamado de assistente técnico em processos judiciais. De acordo com Miranda (2016), em 2010 iniciou-se um serviço inovador, conhecido como Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) no estado de São Paulo, que também é um espaço de trabalho para o psicólogo no âmbito da Defensoria Pública.

Segundo Cavalcante (2018), são as pessoas em conflitos de diversos âmbitos que procuram a ajuda e a orientação da Defensoria Pública, dentre eles os conflitos intrapsíquicos, conflitos com a lei e conflitos interpessoais e a psicologia visa oferecer a escuta e o atendimento na minimização dos conflitos, fornecendo uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, demonstrando assim a relevância deste estudo. Sendo assim, este trabalho se justifica a fim de contribuir para o melhor entendimento do papel do psicólogo, e na contribuição de estudos na área, visto que ainda há uma literatura escassa a respeito desse papel no âmbito nacional, sendo a maioria dos estudos realizados no estado de São Paulo, o qual servirá de norte aos profissionais interessados em adentrar no campo da Defensoria Pública.

Devido a isso, a questão que norteou essa pesquisa é: quais são as possibilidades de atuação do psicólogo na defensoria pública? Pode-se afirmar que, quanto aos pressupostos, os mesmos foram confirmados, pois o psicólogo na defensoria pública pode atuar na mediação de conflitos, avaliação, elaboração de laudos e na criação de projetos. O objetivo principal foi descrever as possibilidades da atuação deste profissional na defensoria pública. Para que isso fosse alcançado, primeiramente buscou relatar o modo de atuação da defensoria pública, descrever o trabalho do psicólogo neste cenário e por fim, compreender os desafios presentes para atuação do trabalho do psicólogo. Para atingir os objetivos deste trabalho, a metodologia é descritiva, qualitativa e quanto aos fins, uma pesquisa de campo. Os dados dessa pesquisa foram obtidos através de uma pesquisa semiestruturada com psicólogos que atuam nas diversas Defensorias Públicas do país e analisados através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

A análise dos dados possibilitou a criação de três categorias, o qual consiste sobre o olhar do psicólogo, as atividades desempenhadas e o trabalho e desafios encontrados nesse campo de atuação. Em geral, foi possível perceber que o olhar do psicólogo é de grande importância, pois leva em consideração a individualidade do sujeito; são várias as possibilidades de atuações do psicólogo no campo da Defensoria Pública, não somente a construção de documentos e laudos, o acolhimento e a articulação com a Rede Assistencial e que há vários desafios a serem enfrentados, a começar pela falta de profissionais e pelas questões hierárquicas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL**

A defensoria pública surgiu com o intuito de fazer com que os menos favorecidos tivessem acesso aos seus direitos através da justiça. Segundo Bernardes e Ventura (2019), a defensoria pública se define por ser uma nova proposta da Justiça para ampliar o acesso desse serviço de forma integral e gratuita aos indivíduos hipossuficientes. A Constituição de 1988 prevê o acesso dos direitos humanos a todos, incluindo a justiça “como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988).

Segundo Foucault (1975), é de suma importância a compreensão dos fenômenos envolvidos no sistema de justiça, uma vez que a funcionalidade desse sistema tem a particularidade de transformar a realidade dos indivíduos, tanto em aspectos individuais, quanto familiares, produzindo então importantes efeitos sociais. Porém, mesmo sendo algo instituído e previsto na Constituição de 1988, a Defensoria Pública só teve uma importante expansão na década dos anos 2000 (SANTOS, 2016). Já essa realidade só foi implantada em São Paulo em 2006, quando mais de 400 instituições se mobilizaram a favor desse serviço (BERNARDES; VENTURA, 2017).

Os serviços legais tradicionais contam apenas com profissionais da área de direito. Já os serviços inovadores, como o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) instaurado no estado de São Paulo, contam com uma equipe multidisciplinar, propondo localizar o conflito em uma ampla realidade, não focalizando apenas em aspectos puramente judiciais (SANTOS, 2016). O CAM é um setor onde trabalham os psicólogos e assistentes sociais da Defensoria Pública e foi regulamentado com a Defensoria Pública através da Lei 988 de 2006 no estado

de São Paulo, mas somente no ano de 2010 esse serviço foi colocado em prática (ALMEIDA, 2016).

De acordo com Lima *et al.* (2017), há três missões importantes na Defensoria Pública, sendo a assistência judicial individual, representação coletiva e a promoção dos direitos humanos. Segundo o Poder Judiciário do Estado do Amapá, há dois tipos de Defensorias Públicas, sendo elas, a defensoria pública da união e a defensoria pública estadual. A defensoria pública federal, conhecida também como defensoria pública da união atua em variados níveis e instâncias administrativas federais, juntamente às justiças eleitoral, federal e do trabalho. Atua nas instâncias administrativas federais e com os tribunais de terceira instância, conhecido como tribunais superiores (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAPÁ, S/N). Já a Defensoria Pública Estadual age nas instâncias estaduais.

A Defensoria Pública atua com uma ampla demanda, alcançando os diversos órgãos de jurisprudência, como por exemplo, vara da família, juzizados especiais, varas cíveis, e na área criminal. Além destes, atua também nas instâncias superiores. Porém, é importante destacar que algumas pessoas procuram a solução dos seus problemas através da Defensoria Pública, mas sem a mediação da justiça (VILLAÇA; CAMELO, 2015). Segundo Almeida (2016), as principais demandas que chegam às Defensorias Públicas são a procura por outras políticas, como por exemplo, indivíduos acometidos por sofrimento mental, necessitando do trabalho do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), orientações sobre direitos e trabalhos, capacitações, casos de curatela, situações de violências, pessoas em situação de rua, entre outros.

## 2.2 A EQUIPE NA DEFENSORIA PÚBLICA

Segundo Gonçalves, Brito e Filgueira (2015), a defensoria pública tem passado por mudanças no âmbito da carreira dos profissionais, pois a população tem exigido, cada vez mais, serviços mais eficientes e eficazes, sendo necessários maior qualificação e aperfeiçoamento dos trabalhadores. Desta forma, têm sido necessárias mais capacitações a fim de que profissionais que trabalham nas Defensorias Públicas estejam mais capacitados neste campo. De acordo com esse mesmo autor, a maioria das capacitações ocorrem dentro das próprias instituições.

De acordo com Miranda e Cavalcante (2017), a Lei complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994 garante o serviço de psicologia e serviço social nas defensorias públicas,

assegurando, junto ao direito, a capacidade de um atendimento que ampare as demandas coletivas e individuais, com a perspectiva da integralidade. Carvalho e Couto (2017) relatam que a Defensoria Pública conta com uma equipe multidisciplinar que é orientada pelo CAM. Segundo Miranda e Cavalcante (2017), o estado de São Paulo foi o primeiro estado no Brasil a possuir uma equipe multidisciplinar nas Defensorias Públicas. Em 2010, o CAM foi estruturado e contava com o trabalho de psicólogos, assistentes sociais e profissionais de outros ramos, como por exemplo, a administração e a arquitetura que também começaram a compor outros setores da Defensoria Pública.

Em contrapartida, um estudo realizado por Gonçalves, Brito e Filgueira (2015), demonstra que 63% das defensorias públicas estaduais e 79% das defensorias públicas federais não têm quadro de servidores de apoio e 80% e 94%, respectivamente, consideram pouco ou nada adequada à estrutura do quadro de funcionários da defensoria pública. Já Almeida (2016) relata que o trabalho interdisciplinar, juntando os saberes da área da psicologia, do serviço social e outros, proporciona uma visão mais ampla dos problemas vividos e assim, faz com que estes profissionais apresentem intervenções inovadoras não focalizando apenas na esfera do Direito e ampliando as possibilidades de trabalho.

### 2.3 O PSICÓLOGO NA DEFENSORIA PÚBLICA

Quando um cidadão aciona a defensoria pública, o Defensor Público atende o indivíduo, fazendo a triagem do caso e encaminha aos profissionais do CAM, caso haja necessidade (CAVALCANTE, 2015). Os profissionais dos CAMS, psicólogos e assistentes sociais, contribuem para que o atendimento oferecido ao público seja especializado, além de poderem atuar com produção de laudos, perícias, projetos, entre outros. É esperado que estes profissionais também trabalhem como facilitadores, mediadores e conciliadores, desenvolvendo estratégias de soluções de conflitos, tendo também como atribuição a articulação e fortalecimento com a rede de serviços e com a sociedade civil (CSDP, 2010).

Os casos que chegam ao serviço da Psicologia na Defensoria Pública podem ser divididos em dois grupos: um que diz da tentativa de solucionar os conflitos ou dos que buscam ou necessitam de uma escuta diferenciada. Neste último grupo, é de grande valia a atuação do profissional da psicologia, pois auxilia o indivíduo que está em sofrimento a buscar uma nova maneira de enfrentar o problema que tem causado essa aflição através da fala e escuta (CARVALHO, 2013).

De acordo com Cavalcante (2018), a sociedade atual impede que o pobre tenha voz e busque por seus direitos. Dessa forma, essa mesma autora relata que o trabalho da psicologia na Defensoria Pública vai na contramão desse princípio, pois este profissional buscará dar voz aos que são impedidos de falar e dará a oportunidade de quem não é ouvido, opinar. Segundo Almeida (2016), o primeiro passo de justiça é oferecer uma escuta ativa aos indivíduos que chegam com seus problemas, fazendo com que suas histórias tenham materialidade. Nesse contexto, o psicólogo pode ser então, considerado um veículo que possibilita esta escuta e a materialização destas histórias.

É importante que o psicólogo na Defensoria Pública consiga ajudar o indivíduo e a família que busca pelo atendimento do órgão, porém o profissional precisa fazer com que eles entendam que este espaço não é para trabalhar terapeuticamente e individualmente todas as questões, e caso haja necessidade, realize o encaminhamento para outros espaços (CARVALHO, 2013). De acordo com Miranda (2016), uma importante função do CAM é favorecer a junção da rede, pois tende a possibilitar o diálogo entre os serviços que atendem o indivíduo ou a família, dado que muitas vezes, atuam de forma dividida, prejudicando a qualidade do trabalho.

Almeida (2016) relata que além do CAM, há também a Assessoria Técnica Psicossocial, órgão que cuida dos CAMS. O surgimento da Assessoria Técnica Psicossocial no estado de São Paulo trouxe uma nova expectativa aos defensores, pois a Psicologia e a Assistência Social oferecem um atendimento humanizado, visto que há uma necessidade de uma escuta especializada que vá além do que o indivíduo consegue relatar (ALMEIDA, 2016). Essa mesma autora relata que o psicólogo atuante neste órgão, escuta, acolhe e redireciona as pessoas aos serviços e locais que deem a elas o que procuram. Faria (2019) afirma que existe uma sobrecarga do trabalho para os profissionais da área da psicologia e da área da assistência social, devido à escassez deste profissional nos Centros de Atendimento Multidisciplinar, que muitas vezes têm apenas um profissional de cada área para atender todas as demandas.

Um ponto negativo relacionado aos psicólogos que emitem laudos para contribuir nas decisões judiciais, é que muitos se tornam frios e indiferentes em relação ao indivíduo que busca ajuda através da Defensoria Pública, classificando os sujeitos e negando-lhes a possibilidade da escuta sobre as suas necessidades, do apoio e do fortalecimento (CAVALCANTE, 2018). Além disso, esta mesma autora relata que os maiores desafios vivenciados pelos psicólogos nas defensorias públicas são: dificuldades de interação ou

atuação, juntamente com os profissionais da área do Direito; falhas ou faltas de políticas públicas ou de serviços; ausência de flexibilidade para a criação de novas atividades; dentre outros.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa buscou demonstrar quais são as possibilidades de atuação do psicólogo na Defensoria Pública no Brasil, sendo realizada a partir da percepção de 06 psicólogos que atuam nas diversas Defensorias Públicas do país. Para que fosse possível alcançar tal objetivo foi realizado um estudo de natureza descritiva, e quanto ao seu caráter, qualitativa. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), tem como principal finalidade descrever as particularidades do objeto a ser estudado. Para Bergano e Vieira (2016), a pesquisa qualitativa, além de favorecer a aproximação interpretativa do que está sendo estudado, possibilita a valorização da experiência humana e não se preocupa em apresentar dados estatísticos.

De acordo com os procedimentos técnicos utilizados nesse trabalho, pode-se classificá-lo como uma pesquisa de campo. Foram convidados 06 psicólogos que atuam nas Defensorias Públicas de diversas cidades e estados do Brasil através do método de bola de neve. Foi optado por não delimitar uma Defensoria Pública específica, pois acredita-se que a junção da realidade das Defensorias Públicas de várias cidades e estados diferentes possibilitou enriquecer essa pesquisa. Como critério de inclusão, o profissional deveria estar atuando nesse ramo por no mínimo dois anos.

Para coletar os dados, a técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada contendo 10 perguntas (Apêndice I), e para que se alcançasse os profissionais, 5 entrevistas foram realizadas através de chamada de vídeo via *WhatsApp* e 1 através da plataforma *Google duo*, estas escolhidas pelos entrevistados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e tiveram uma duração de aproximadamente 50 minutos cada. O termo de consentimento livre esclarecido e a permissão da gravação de voz foram encaminhados aos convidados através do *e-mail*. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017) utilizar-se desta técnica para adquirir os dados é entender a subjetividade do entrevistado por meio da sua fala. Para analisar os dados colhidos, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Após a leitura cuidadosa do material, a exploração dos mesmos, a pré-análise do material colhido, foi realizado a categorização o qual emergiram três categorias, sendo: o olhar diferenciado do psicólogo na Defensoria Pública, as possíveis atividades desempenhadas pelo psicólogo e o trabalho e seus desafios.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de contribuir para um melhor entendimento acerca dos entrevistados, o perfil destes serão apresentados através do Quadro I, onde contém o nome, a idade, o tempo de formação e atuação e a cidade e/ou estado onde trabalham. É importante destacar que os nomes utilizados para a apresentação dos resultados são fictícios devido ao cuidado de preservar a real identidade dos envolvidos.

**QUADRO I-** Perfil dos entrevistados

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>FORMADO HÁ</b>	<b>TEMPO DE ATUAÇÃO</b>	<b>CIDADE/ESTADO</b>
Camila	37 anos	14 anos	10 anos	Rio de Janeiro
Bia	60 anos	30 anos	17 anos	Brasília
Breno	35 anos	13 anos	10 anos	São Paulo
Cláudio	41 anos	14 anos	05 anos	Umuarama- PR
Jaddy	30 anos	07 anos	07 anos	Distrito Federal- DF
Letícia	40 anos	16 anos	08 anos	Belo Horizonte- MG

**Fonte:** Dados da Entrevista

### 4.1 O OLHAR DIFERENCIADO DO PSICÓLOGO NA DEFENSORIA PÚBLICA

Essa categoria foi criada a partir das respostas dadas sobre a importância do psicólogo no contexto da Defensoria Jurídica. Em geral, os entrevistados apontaram como de grande importância o trabalho do psicólogo nessa instituição, pois o olhar desse profissional vai além da questão jurídica, visa a compreensão do ser humano na sua totalidade e na consideração das questões subjetivas de cada um, sendo este um grande diferencial desse profissional em relação aos demais no contexto da Defensoria Pública, como pode ser visto através das falas abaixo:

“Eu acho fundamental o trabalho do psicólogo [...] a gente consegue entender a problemática, a gente vai além do fato [...] muitas vezes o Defensor não entende a amplitude do fato. Com o entendimento totalmente diferente, nós conseguimos humanizar esse atendimento” (BIA).

“[...] muitas vezes uma demanda que aparentemente é só jurídica, quando a gente esmiúça esse olhar, a gente percebe que tem muita coisa que vai além do jurídico ou que tem muita coisa que não tem nada de jurídico. É lançar um outro olhar, uma outra forma de entender as pessoas” (BRENO).

“O olhar do psicólogo é fundamental para proporcionar um acolhimento humanizado, uma escuta qualificada e empática em relação ao ser humano e o nosso olhar vem a somar junto com o olhar do defensor público que é um olhar mais técnico, mais objetivo, mais racional” (LETÍCIA).

Dessa forma, é possível afirmar que a importância do olhar desse profissional faz toda a diferença no momento do acolhimento dos indivíduos, pois esses chegam fragilizados e muitas vezes, a demanda não é jurídica, e sim envolvendo conflitos familiares e, até mesmo questões de transtornos mentais. Almeida (2016) relata que as principais demandas que chegam nas Defensorias Públicas são referentes às outras políticas, como por exemplo, os indivíduos acometidos por sofrimento mental que necessitam do serviço do CAPS.

Segundo Carvalho (2013), a importância do trabalho do psicólogo nesse campo é principalmente de auxiliar a pessoa que está sofrendo a enfrentar o problema oferecendo a escuta e a possibilidade de falar das suas dores. Além disso, para Carvalho (2011), estar atento em todo o contexto, sentimentos e sofrimentos envolvidos na história do sujeito é o diferencial do psicólogo nesse contexto.

#### 4.2 AS POSSÍVEIS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO PSICÓLOGO

Foi observado que o leque de atividades que podem ser desempenhadas pelo psicólogo nas Defensorias Públicas é grande. Em caráter unânime, foram relatados como atividades desse profissional o acolhimento, a produção de laudos e documentos e a articulação com a Rede de Assistência Social, que é composta por várias unidades de Políticas Públicas, como por exemplo, o CREAS, o CRAS, o Centro Pop, entre outros. Além dessas atuações, alguns entrevistados relataram também a importância de criar projetos, de fazer visitas e o trabalho em uma perspectiva preventiva como pode ser visto através das seguintes falas:

“Eu faço o atendimento de escuta, confecciono relatórios para defensores, pareceres e o mapeamento e a articulação da rede de serviço. Eu faço acolhimento, documentos técnicos, eu faço articulação com a rede, supervisiono a equipe. Nós somos responsáveis pelos projetos sociais, e a maioria deles somos nós que executamos, a gente desenvolve projetos” (JADDY).

“Planejar, organizar e acompanhar o desempenho da equipe, fazer estudo de caso, buscar melhorias em relação até mesmo ao caso, buscar construir em conjunto com o técnico, criar projetos” (LETÍCIA).

“[...] a gente faz bastante visita institucional para um serviço de aproximação.” (CAMILA).

“[...] trabalhar mais uma perspectiva mais preventiva também, prevenção de litígios, mais educativo, mais formativa” (BRENO).

Como demonstrado, são várias as atividades do psicólogo nas Defensorias Públicas. Entretanto, pode-se afirmar que a escuta, o acolhimento, a produção de documentos e a articulação com a Rede foram às atividades que apareceram com mais evidência, indo ao encontro com os estudos realizados por Miranda e Cavalcante (2017) e Cavalcante (2018), pois é esperado por parte dos psicólogos e assistentes sociais um serviço especializado, podendo trabalhar com produção de documentos, projetos, além de trabalharem como facilitadores, mediadores e conciliadores, e com a articulação e fortalecimento da rede de serviços (CSDP, 2010).

É importante ressaltar que algumas atividades e projetos precisam ser diferentes devido às características das regiões, respeitando a cultura do local onde a defensoria atua, como pode ser observado nas falas abaixo:

“Eu tive oportunidade de fazer uma visita técnica em 2017 na Defensoria Pública do Pará, eu fiquei apaixonada [...], mas eu vi que é muito específico da região, são projetos muito bacanas e tudo, mas são muito específicos da região” (LETÍCIA).

“Trabalhar aqui [...] é bem diferente de trabalhar em Ribeirão Preto por exemplo, que é bem diferente trabalhar em São Paulo. São vivências muito diferentes” (BRENO).

Sendo assim, a partir dessas falas foi possível perceber que os projetos precisam ser criados e/ou modificados de acordo com a realidade daquela determinada região, possibilitando e exigindo a criatividade dos profissionais.

#### 4.3 O TRABALHO E SEUS DESAFIOS

Essa categoria surgiu a partir da percepção dos entrevistados sobre a valorização do psicólogo nas Defensorias Públicas e sobre os desafios encontrados por eles para o exercício da profissão nesse contexto. No geral, segundo os entrevistados, o trabalho do psicólogo é valorizado pela equipe da Defensoria Pública, mas muitas vezes, não tem o reconhecimento da população como um todo, nem do seu papel dentro da instituição, conforme pode ser observado nas falas:

“É reconhecido pelos Defensores Públicos, [...] mas a gente sabe que por mais que a gente faça um trabalho bacana, termina não aparecendo porque aparece somente o jurídico [...] acho que nós temos o nosso espaço, porém ainda falta o reconhecimento da profissão” (BIA).

“Falta muito conhecimento. Eu acho que existe essa falta de compreensão, o que acaba não explorando toda a potencialidade da psicologia” (CLÁUDIO).

Dessa forma, é perceptível que mesmo dentro das Defensorias Públicas, o papel do psicólogo nem sempre é compreendido e valorizado, pois muitos nem se quer conhecem a colaboração da psicologia nesse contexto, nos levando a pensar sobre a redução das contribuições do trabalho como um todo dentro dessa instituição.

Em relação aos desafios, o que apareceu em praticamente em todas as entrevistas foi à falta de psicólogos nas Defensorias Públicas, como pode ser visto nas falas a seguir:

“Eu trabalho com a assistência social, mas de psicólogo eu sou o único, então eu considero insuficiente, são nove defensores” (BRENO).

“De modo geral a Defensoria não tem a quantidade suficientes de psicólogos, o ideal seria um psicólogo e uma assistente social em cada né? [...] mas ainda não tem. Então sem dúvidas é pouco” (JADDY).

O estudo realizado por Gonçalves, Brito e Filgueiras (2015) trouxe esse mesmo resultado em relação a quantidade de profissionais dentro da instituição, demonstrando que os entrevistados também queixaram sobre as equipes precárias dentro das Defensorias Públicas. Outro problema relatado é a questão da hierarquia, o qual pode ser considerado através das falas abaixo:

“O que acontece aqui é tudo por hierarquia, né? Então você pega um Defensor que não sabe o que vai ser feito [...] e aí isso que eu acho que é um dos obstáculos” (CLAÚDIO).

“A questão hierárquica pesa dentro da instituição” (CAMILA).

“Um dos grandes desafios da Psicologia é não ser engolida pelo direito, não ser subserviente ao conhecimento jurídico” (BRENO).

Em relação a falta de conhecimento sobre a atuação do psicólogo dentro da Defensoria Pública, relatam:

“Existe um problema grave de formação, eu sou mais social, mas as escolas jurídicas, não sei aí em Minas, mas aqui, ela quase não é dada. Quando começou a Defensoria no Pará ficou visível que os Defensores não sabiam que a gente fazia” (CLÁUDIO).

Assim, é possível afirmar que a psicologia ainda está conquistando seu espaço e reconhecimento e há vários desafios nesse campo de atuação. A quantidade de profissionais e psicólogos é insuficiente para atender toda a demanda com agilidade e qualidade, além das dificuldades devido à hierarquia. Segundo Cavalcante (2018), um dos grandes desafios do

psicólogo nas Defensorias Públicas é este, atuar em conjunto com os profissionais na área do Direito.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto aos objetivos dessa pesquisa é possível afirmar que foram alcançados, uma vez que no decorrer desse trabalho demonstrou-se o modo de atuação da defensoria pública e o trabalho do psicólogo neste cenário. Quanto aos pressupostos, foi possível afirmar que estes foram confirmados, ao denotar que o psicólogo na Defensoria Pública pode atuar na mediação de conflitos, na avaliação, na elaboração de laudos, na criação de projetos e no encaminhamento dos sujeitos aos serviços necessários. Desta forma, entende-se que há uma grande variedade de atuações do psicólogo no contexto na Defensoria Pública, sendo: elaboração de laudos, acolhimento, mediação de conflitos, avaliação, criação de projetos, articulação com a Rede de Assistência Social, realização de visitas aos serviços para fortalecimento dessa Rede e um trabalho na perspectiva preventiva.

O trabalho do psicólogo nesse campo é importante, pois acolhe o indivíduo no seu momento de fragilidade além de possibilita-los a falarem das suas questões afinal, como são pessoas mais necessitadas financeiramente, muitas vezes não conseguem falar e expor seus sofrimentos. Esse profissional tem conhecimento e capacidade para fornecer ao sujeito um acolhimento por excelência e profissional.

Em relação aos desafios encontrados nesse campo de atuação, a falta de profissionais psicólogos nas Defensorias Públicas foi o mais notório, pois a falta de psicólogos nas equipes de trabalhadores atuantes nas Defensorias Públicas, leva a pensar na importância não dada pelo Governo ao trabalho que visa promover os direitos humanos aos mais desprovidos financeiramente, afinal são 05 anos de diferença entre uma pesquisa e outra, e essa problemática não mudou. Dessa forma, espera-se contribuir para que sejam criados diretrizes que resguardam e deem a devida importância em relação à equipe de trabalhadores atuantes nas Defensorias Públicas, pois com a grande demanda existente nesse serviço, é necessária uma equipe com quantidades suficientes de profissionais. Além disso, no decorrer das entrevistas, houve relatos que mesmo dentro da instituição muitos não conhecem o papel do psicólogo e suas possíveis atribuições, sendo assim, essa pesquisa espera-se contribuir para que outros profissionais e a sociedade em geral conheçam e entendam o papel desse profissional nesse campo de atuação.

Essa pesquisa se limitou a pesquisar apenas artigos brasileiros publicados de 2016 a 2020, porém foram utilizados uma publicação de 2010 e artigos de 2011 e 2013 devido a relevância dos mesmos. Se limitou também a pesquisar apenas as contribuições da psicologia e as possibilidades de atuações sob o olhar do psicólogo atuante na Defensoria Pública, não pesquisando sob a visão de outros profissionais de outras profissões. Dessa forma, sugere-se para futuros trabalhos, pesquisar a visão de toda a equipe da Defensoria Pública sobre o conhecimento e atuação do psicólogo nesse campo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. **Psicologia e Políticas Públicas: Seminários Gestão 2013-2016**. Conselho Regional de Psicologia, SP. 2016. 385 p. Disponível em: <<https://www.crpsp.org/uploads/impresso/109/tUXPJAZA6L1Lnm4OB6uAMkf4CJpeSOR3.pdf>>. Acesso em: 04 de abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 2011. v. 70. 231 p.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980- 7031 Disponível em: <<https://rica.unibes.com.br/rica/article/viewArticle/768>>. Acesso em: 04 de abr. 2020.

BERGANO, S.; VIEIRA, C. Dar visibilidade científica a assuntos na sombra: contribuições mútuas entre os estudos de gênero e a investigação qualitativa. **CIAIQ** 2016, v. 3, p. 508-518, 2016. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/995>>. Acesso em: 07 de abr. 2020.

BERNARDES, E. M.; VENTURA, C. A. A. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, participação social e acesso à justiça. Relato De Experiência. **Saúde em debate**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43n120/269-275/>>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 52. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, M. W. V. **A psicologia na Defensoria Pública**: a busca pela justiça e os novos desafios “psis”. (Tese) Monografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, M. W. V. Interfaces entre Psicologia e Direito: desafios da atuação na defensoria pública. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. spe, p. 90-99, 2013. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932013000500010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de mar. 2020.

CARVALHO, F.; COUTO, E. A. Articulação com a rede de serviços como elemento de atuação do serviço social: um meio de não judicialização na defensoria pública do estado de São Paulo- Regional de Presidente Prudente-SP. **Seminário Integrado**. v.11, n.11, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/view/6755/6439>>. Acesso em: 09 de mar. 2020.

CAVALCANTE, P. R. **Contribuições da psicologia no acesso à justiça**: reflexões sobre a atuação de psicólogos/os na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07082015-112201/publico/cavalcante\\_me.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07082015-112201/publico/cavalcante_me.pdf)>. Acesso em: 02 de mai. 2020.

CAVALCANTE, P. R. Psicólogas/os na Defensoria Pública: novas possibilidades de atuação e velhos desafios da Psicologia Jurídica. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. v.3, n.20, 2018. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/Cad-Def-Pub-SP\\_n.20.pdf#page=11](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Cad-Def-Pub-SP_n.20.pdf#page=11)>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

CSDP, Conselho Superior da Defensoria Pública. **Deliberação CSDP nº 187**. Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar. 12 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf>>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

FARIA, L. C. H. A Atuação do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) com a rede de serviços: acompanhamento de caso. **Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 167-191, set. 2019. ISSN 2674-9122. Disponível em: <<https://ojs.defensoria.sp.def.br/index.php/RDPSP/article/view/26>>. Acesso em: 04 de abr de 2020.

FOUCAULT, M. (1973). **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: 2002. 176 p.

GONÇALVES, G. V. O.; BRITO, L. C. S. FILGUEIRA, Y. V. G. S. -- Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015. 138 p. : il. color. -- (Diálogos da justiça).

GONÇALVES, M. A. B.; GUZZO, R. S. L. A Defensoria Pública e Cuidados em uma Relação de Cuidado: Um Estudo de Caso. **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 37, núm. 1, 2017, pp. 236-247, Brasília. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2820/282050111018.pdf>>. Acesso em: 19 de abr. 2020.

HADDAD, E. G. M. **A Defensoria Pública do Estado de São Paulo**: por um acesso democrático à Justiça. 1. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

LIMA, I. E. P.; BACURAL, R. P. SOUSA, F. I. S. P.; LIMA, K. D. S. Uma experiência da psicologia com mediação de conflitos-estágio em psicologia e processos de gestão. **Revista de psicologia**. v.8, n. 2, p. 129- 135. 2017. Disponível em: <[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27995/1/2017\\_art\\_ieplimarpbacural.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27995/1/2017_art_ieplimarpbacural.pdf)>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

MIRANDA, M. M.; CAVALCANTE, P. R. I Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas: Múltiplos Olhares Revisitando o Fazer Jurídico – História e Contexto. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. São Paulo, n.7, p. 13-25, nov 2017. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_boi\\_2006/Cad-Def-Pub-SP\\_n.7.pdf#page=13](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_boi_2006/Cad-Def-Pub-SP_n.7.pdf#page=13)>. Acesso em : 17 de abr. 2020.

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Qual é a diferença entre a Defensoria Pública da União e as Defensorias Públicas Estaduais?** S/N. Disponível em: <<https://www.tjap.jus.br/portal/66-tjap/corregedoria/faq/166-qual-e-a-diferenca-entre-a-defensoriapublica-da-uniao-e-as-defensorias-publicas-estaduais.html>>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

SANTOS, J. H. **Caracterização dos processos de judicialização de medicamentos na Defensoria Pública de Sergipe**: uma análise documental. São Cristóvão, SE, 2016. Monografia (Graduação em Farmácia) – Departamento de Farmácia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: <[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11108/2/Juliane\\_Hora\\_Santos.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11108/2/Juliane_Hora_Santos.pdf)>. Acesso em: 18 de abr. 2020.

VILLAÇA, E. A.; CAMELO, M. C. **A Defensoria como agente na mediação de conflitos**: novo paradigma de acesso à justiça. 2. ed. Santa Cruz do Sul – RS

## APÊNDICE I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Formado há quanto tempo e por qual faculdade?

Trabalha na Defensoria Pública de qual cidade/estado?

Há quanto tempo está trabalhando nessa área?

#### Perguntas:

- 1) Pra você, qual é a importância do trabalho do psicólogo na Defensoria Pública?
- 2) Em relação a equipe que trabalha com você, a quantidade de psicólogos é suficiente para atender a demanda?
- 3) Como é visto a psicologia na Defensoria Pública? Ela tem seu prestígio nesse campo?
- 4) Quais os maiores desafios dessa profissão nesse campo de atuação?
- 5) Como é o seu dia a dia de trabalho?
- 6) Quais são as atividades desempenhadas por você?
- 7) Pra você, além das atividades já impostas aos psicólogos, há mais alguma que poderia contribuir para o trabalho desenvolvido nas Defensorias Públicas?
- 8) Pra você, a psicologia já conquistou seu lugar nas Defensorias Públicas do Brasil? Por quê?
- 9) Em algum momento foi preciso que você atuasse fazendo serviços distintos da sua profissão? Se sim, quais?
- 10) Gostaria de acrescentar algo?